

Área: Contabilidade | Tema: Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais

**RELAÇÃO ENTRE ATIVOS INTANGÍVEIS E TRIPLE BOTTOM LINE DAS EMPRESAS QUE
COMPÕEM O ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL**

**RELATIONSHIP BETWEEN INTANGIBLE ASSETS AND TRIPLE BOTTOM LINE OF THE
COMPANIES THAT COMPOSE THE BUSINESS SUSTAINABILITY INDEX**

Edivaldo Do Nascimento Duda, Cristine Hermann Nodari , Ana Lucia Brenner Miranda e Eliana Andréa

Severo

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa foi identificar a relação da dimensão econômica/financeira, ambiental e social com o ativo intangível das empresas listadas na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) nos anos de 2016, 2017 e 2018. A metodologia utilizada tratou-se de quantitativa e descritiva, os dados foram coletados por meio dos questionários aplicados pelo próprio ISE e das demonstrações contábeis de todas as empresas objeto deste estudo. Foi realizado o teste de hipótese de Shapiro-Wilk para o conjunto de dados de cada variável, para avaliação da normalidade amostral. Em seguida o índice estatístico de Lambda 2 de Guttman, a correlação de Spearman e a análise de Teste t para amostra pareadas e independentes. Os resultados destacam que mesmo o Ativo Intangível das empresas tendo relações positivas, altas e diretas entre eles durante os anos, não tem o poder direto na relação entre as dimensões social, ambiental e econômico-financeiro das empresas. Assim, torna-se necessário compreender quais outros mecanismos podem ser desenvolvidos para contribuir ou influenciar as empresas em relação a sustentabilidade, pois a relação entre ativo intangível e as dimensões da sustentabilidade não tem influência. Pressupõem-se que, não se deve usar os valores do ativo como parâmetro para investir em uma empresa com práticas sustentáveis, pois não se tem resultado significativo nessa relação. Por fim, foram apresentadas as limitações e oportunidades de trabalhos futuros.

Palavras-Chave: Sustentabilidade. Triple bottom line (TBL). Ativo Intangível. Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

ABSTRACT

The objective of this research was to identify the relationship between the economic / financial, environmental and social dimension with the intangible assets of the companies listed in the ISE portfolio in the years 2016, 2017 and 2018. Starting from a descriptive research with a quantitative approach, the data were collected through the questionnaires applied by ISE itself and the financial statements of all companies object of this study. The Shapiro-Wilk hypothesis test was performed for the data set of each variable, to assess sample normality. Then the Guttman Lambda 2 statistical index, the Spearman correlation and the analysis of the t-test for paired samples and the t-test for independent samples. The results showed that even the Intangible Assets of companies having positive and high direct relations between them over the years, do not have direct power in the relationship between the social, environmental and economic-financial dimensions of companies. In addition, it is necessary to know what other mechanisms can be developed to contribute or influence companies to the issue of sustainability, since the relationship between intangible assets and the dimensions of sustainability has no influence. It is assumed that asset values should not be used as a parameter to invest in a company with sustainable practices, as there has been no significant result in this relationship. Finally, the limitations and opportunities for future work were presented.

Keywords: Sustainability. Triple bottom line (TBL). Intangible assets. Corporate Sustainability Index (ISE)

ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL: RELAÇÃO ENTRE ATIVOS INTANGÍVEIS E *TRIPLE BOTTOM LINE*

1 INTRODUÇÃO

O tema sustentabilidade vem ganhando mais importância desde os anos 50, quando o mundo passou a dar mais atenção ao meio ambiente e aos riscos ambientais em escala global. Nas décadas seguintes, o debate acerca da sustentabilidade ganhou força não apenas em torno da comunidade científica, mas também na esfera midiática, governamental e social (DAVIS-SRAMEK et al., 2020; NASCIMENTO, 2012; QURESHI et al., 2020).

Nesse contexto, percebe-se a relevância da sustentabilidade para as empresas, não apenas devido a sua solvência financeira, como também devido à preocupação com sua reputação perante a sociedade e seus clientes. Partindo desse aspecto sobre reputação, cabe ressaltar que, conforme o Comitê de pronunciamentos Contábeis – CPC 04 (CPC, 2010), o valor da imagem de uma instituição será mensurado e contabilizado no ativo intangível, tornando este um indicador de relevância para investidores, principalmente os que querem fazer investimento socialmente responsável. Paralelo a essa mudança da gestão, onde se passou a pensar mais na sustentabilidade empresarial, crescia também no ambiente corporativo e acadêmico o conceito de Ativo Intangível. Lev (2001) define ativo intangível como um direito a benefícios futuros que não possui corpo físico, que é criado pela inovação, por práticas organizacionais e pelos recursos humanos.

Segundo a literatura, a marca de um produto e/ou de uma organização, a carteira de clientes, a reputação corporativa, entre outros são reconhecidos como recursos ou ativos intangíveis e podem gerar uma vantagem competitiva, se forem considerados como estratégicos (BARNEY, 1991; CROOK *et al.* 2008; KAYO, 2002; SEO; KIM, 2020). Diante disso, estudos (LÓPEZ-GAMERO; CLAVER-CORTÉS; MOLINA-AZORÍN, 2008) comprovam que participar de iniciativas voluntárias em sustentabilidade é percebido por meio dos ganhos intangíveis que essas experiências proporcionam, como reputação e compartilhamento de experiências na comunidade empresarial.

Considerando que os ativos intangíveis são elementos sem substância física que geram benefícios futuros, e que sustentabilidade constitui-se de práticas que consideram a *performance* ambiental, social e financeira, conduzindo uma boa imagem da empresa no mercado, o problema central deste estudo consiste no seguinte questionamento: Como as dimensões da sustentabilidade se relacionam com o ativo intangível das empresas listadas na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores (B3)?

Considerando que o mercado brasileiro ainda caminha na incorporação da sustentabilidade na gestão corporativa e que o próprio Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) surgiu há apenas 14 anos, os estudos sobre esse tema ainda são pouco esclarecedores. Ademais, indicadores de desempenho que correlacionem medidas sustentáveis e a análise dos três pilares da sustentabilidade constituem ferramentas essenciais para avaliação dessa gestão e o presente estudo contribui para fomentar a discussão desse tema atual e promissor. Desse modo, o objetivo deste artigo busca identificar a relação da dimensão econômica/financeira, ambiental e social com o ativo intangível das empresas listadas na carteira do ISE nos anos de 2016, 2017 e 2018.

Diante do exposto, a principal contribuição do presente estudo dá-se pelo fomento ao debate na literatura da relação entre as dimensões da sustentabilidade e os ativos intangíveis das empresas listadas da carteira do ISE servindo como documento de análise para todas partes interessadas na dinâmica empresarial: consumidores, investidores, às organizações, os gestores e os pesquisadores.

Além desta seção introdutória, a pesquisa apresenta o referencial teórico com temas de análise como o *Triple Bottom Line* (TBL), Ativo Intangível e Reputação Empresarial que serviu de base para a coleta e análise dos dados. Na sequência têm-se os procedimentos metodológicos adotados, a análise dos resultados e as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 *Triple Bottom Line* (TBL)

Segundo Elkington (1998) para que as empresas alcancem a sustentabilidade faz necessário abordarem os seguintes critérios: crescimento econômico (lucro), proteção ao meio ambiente (planeta) e igualdade social (pessoa). Esses fundamentos aliados à mudança de padrões das organizações, que tinham o lucro como foco principal, passaram por uma noção de desenvolvimento sustentável, dando origem ao tripé da sustentabilidade ou *Triple Bottom Line* (TBL) (BARBOSA, 2007; GOH et al., 2020).

Quanto a dimensão ambiental do TBL, problemas atuais como aquecimento global, desmatamentos, contaminação das águas, cultura consumista, entre tantos outros, as organizações passaram a ver questão ambiental como área que pode ser explorada de forma estratégica dentro das organizações (ANTON; DELTAS; KHANNA 2004; DEL BRÍO; FERNÁNDEZ; JUNQUERA, 2002; JANJUA; SARKER; BISWAS, 2020; KOLK; MAUSER, 2002; PREUSS, 2005).

A vida sustentável exige mais consciência dos efeitos das decisões sobre as sociedades, que entendamos que somos parte de uma grande comunidade de vida. Nesse contexto, conforme Omori *et al.* (2012), a gestão ambiental passou a ser uma prática que prima para a sustentabilidade ambiental, contribuindo para a preservação do meio ambiente. Medidas legais, sociais, econômicas e técnicas devem ser integradas no planejamento e ação visando a sustentabilidade, dessa forma, ocasionando benefícios para a organização.

Convém ressaltar que, de acordo com Stepánková (2012), a gestão ambiental afeta de forma positiva a imagem das organizações, facilitando as melhorias estratégicas em relação gestão da empresa como um todo. Em relação a este pilar da sustentabilidade, o ambiental, as empresas têm muito a contribuir, pois elas têm total autonomia para adotar práticas ambientais sustentáveis para diminuir o impacto negativo que causam ao meio ambiente. Dentre as práticas citadas, conforme demonstra Severo *et al.* (2015), pode-se citar o sistema de segregação de resíduos, a estação de tratamento de efluentes (ETE), a produção mais limpa (P+L), a reciclagem, e a simbiose industrial (SI).

Várias são as práticas a serem exploradas pelas organizações para desenvolver uma sustentabilidade ambiental de forma eficiente e, devido a isso, a agenda ambiental está propensa a atrair maior atenção. No momento, muitos executivos se sentem mais sendo desafiados nas questões ambientais do que nas questões sociais. Esse fato causa impacto no mercado à medida que a agenda da sustentabilidade é definida pelos executivos (ELKINGTON, 2012).

Nesse contexto, percebe-se que organizações podem ver questão ambiental como área que pode ser explorada de forma estratégica, trazendo redução de custos e os ganhos com a imagem e reputação da empresa perante a sociedade, o que está diretamente atrelado aos ativos intangíveis das empresas.

Com relação a dimensão social do TBL, em seu livro, Elkington (2012) afirma que os executivos devem levantar quais as formas de capital social cruciais para que as corporações se tornem sustentáveis, bem como saber o seu papel para sustentar o capital humano e o capital o capital social. Com isso, percebe-se que a responsabilidade social pode funcionar como estratégia e essa estratégia pode impactar, mesmo de forma indireta, sobre a competitividade nacional, bem como melhorar a qualidade de vida dos funcionários, o que por sua vez criará um ambiente organizacional mais favorável (BOULOUTA; PITELIS, 2014).

A pesquisa de Gimenez, Sierra e Rodon (2012) identificou que os programas ambientais possuem um impacto positivo nos três componentes da TBL, mas as iniciativas sociais impactaram positivamente apenas no componente social e ambiental, indicando que as empresas precisam alcançar ganhos financeiros com os programas sociais internos.

Assim, as ações sociais realizadas pelas empresas passaram a fazer parte dos diferenciais competitivos de muitas delas, pois, se por um lado elas buscam minimizar seus impactos no meio ambiente, por outro, podem promover o desenvolvimento sustentável das comunidades, gerando crescimento econômico e também social. Diante disso, cada vez mais os projetos sociais ganham visibilidade e importância, agregando sempre valor a imagem e a reputação das empresas as quais desenvolvem tais projetos, o que, por sua vez, agrega valor ao ativo intangível das empresas, conforme afirmam os estudos de Delmas e Toffel (2008).

Contudo, as empresas dependem de vários fatores para se manterem no mercado, para manterem suas atividades diárias e manter toda organização em funcionamento. Um desses fatores é o lucro, pois a sustentabilidade econômica de uma entidade indica que possui capacidade de realizar suas atividades de maneira responsável (realizando ações de redução de consumo de água e energia, poluindo menos, entre outros exemplos) e com uma lucratividade considerável (DYLLICK; HOCKERTS, 2002).

Logo, a dimensão econômica do TBL se torna imprescindível à empresa para que entenda o significado de capital econômico. Em termos gerais o seu capital é o total do seu ativo menos suas obrigações (contas a pagar). Na teoria econômica tradicional, o capital como um fator de produção pode ser encontrado de duas formas principais: capital físico (incluindo maquinário e fábrica) e capital financeiro (ELKINGTON, 1998). Segundo a visão de Ignacy Sachs, a sustentabilidade econômica pressupõe que a eficiência econômica deve ser avaliada em termos macrossociais, e não apenas por meio do critério da rentabilidade empresarial de caráter microeconômico. Já para o autor Ricardo Abramovay, em seu livro "Muito além da economia verde", a sustentabilidade econômica deve se dar por meio de várias frentes. A economia não deve se orientar apenas por seu próprio crescimento, e sim por resultados reais de bem-estar social e de capacidade de regeneração dos ecossistemas.

Partindo desse ponto, percebe-se que mesmo na dimensão econômica existe essa relação com os ativos intangíveis, pois sempre existe a preocupação com a sociedade, o que agrega valor à imagem e conseqüentemente aumento do valor do ativo intangível. O estudo de Perez e Famá (2006) teve como objetivo demonstrar a importância dos ativos intangíveis na geração de valor ao acionista, evidenciando diferenças de desempenho econômico entre as empresas com maior e menor grau de ativos intangíveis em sua estrutura. De acordo com os autores, os ativos intangíveis são relevantes no desempenho econômico da empresa e os resultados obtidos nesta pesquisa demonstram isso, pois ficou evidente que empresas com maior parcela de ativos intangíveis geraram mais valor para seus acionistas.

Estudos como os de Ang e Wight (2009), Frank e Obloj (2014), Krause *et al.* (2016), Liu *et al.* (2014) e Vomberg *et al.* (2015) foram desenvolvidos com o objetivo de explorar a relação entre um tipo de recurso/ativo intangível (reputação corporativa, capital humano, marca) e o desempenho organizacional. Vomberg *et al.* (2015), por exemplo, estudaram os recursos intangíveis marca e capital humano e o seu impacto no desempenho organizacional, utilizando classificações de mercado como *proxies* para o valor da marca e do capital humano.

Inúmeros autores como Boulton *et al.* (2001), Edvinsson e Malone (1998), Flamholtz (1985), Kaplan e Norton (1997), Lev (2001), Nonaka e Takeuchi (1997), Stewart (1999) e Sveiby (1997), também, têm afirmado que a geração de riqueza nas empresas está cada vez mais relacionada aos ativos intangíveis ou aos ativos intelectuais.

2.2 Ativo Intangível e Reputação Empresarial

Uma das áreas mais complexas da teoria da contabilidade está voltada para os estudos relacionados a ativos intangíveis, tanto em virtude da complexidade de sua definição como principalmente pela dificuldade existente em mensurar seus valores e sua vida útil. De forma mais objetiva o Comitê de pronunciamentos Contábeis – CPC 04, define Ativo intangível como um ativo não monetário identificável sem substância física. Já Lev (2001) define ativo intangível como um direito a benefícios futuros que não possui corpo físico ou financeiro, que é criado pela inovação, por práticas organizacionais e pelos recursos humanos. Ainda segundo o autor, os ativos intangíveis interagem com os ativos tangíveis na criação de valor corporativo e no crescimento econômico.

De acordo com Perez e Famá (2006) tendo como base as definições de ativos pode-se pensar os ativos intangíveis como ativos de natureza permanente, sem existência física e que, à disposição e controlados pela empresa, sejam capazes de produzir benefícios futuros. São exemplos de alguns ativos intangíveis: patentes, franquias, marcas, *goodwill*, direitos autorais, processos secretos, franquias, licenças, softwares desenvolvidos, bancos de dados, concessões públicas, direitos de exploração e operação, uma carteira fiel de clientes etc. Dado o fato de que as práticas sustentáveis estão crescendo drasticamente, o ambiente de negócios tem dado mais importância aos ativos intangíveis. Da mesma forma, a academia tem dado maior atenção à esta temática, afirmação suportada pelo volume de publicações nesta área (DUMITRESCU, 2012).

Isto posto, cabe aqui relacionar tal conceito com o ganho reputacional que as empresas têm em manterem práticas sustentáveis, uma vez que, conforme o Comitê de pronunciamentos Contábeis – CPC 04, o valor da imagem de uma instituição será mensurado e contabilizado no ativo intangível. Na perspectiva das empresas, o valor de participar de iniciativas voluntárias em sustentabilidade é percebido por meio dos ganhos intangíveis que essas experiências proporcionam, como reputação e compartilhamento de experiências na comunidade empresarial.

Diversos autores apontam características das empresas que podem determinar a adoção de uma estratégia mais proativa em participar de projetos de sustentabilidade, como o ISE. Dentre os fatores mencionados na literatura, destacam-se: Capacidade de inovar e se aprimorar continuamente (LÓPEZ-GAMERO; CLAVER-CORTÉS; MOLINA-AZORÍN, 2008), atuação internacional (BANSAL, 2005), porte da empresa e disponibilidade de recursos, envolvimento da alta gestão (BANSAL, 2005; WALLS; PHAN; BERRONE, 2008), envolvimento histórico com as questões ambientais (LÓPEZ-GAMERO, CLAVER-CORTÉS; MOLINA-AZORÍN, 2008; WALLS; PHAN; BERRONE, 2008), visibilidade/atenção da mídia à empresa e ao setor (BANSAL, 2005; LÓPEZ-GAMERO; CLAVER-CORTÉS; MOLINA-AZORÍN, 2008).

3 METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo proposto, de identificar a relação da dimensão econômica/financeira, ambiental e social com o ativo intangível das empresas listadas na carteira do ISE nos anos de 2016, 2017 e 2018, realizou-se uma pesquisa quantitativa, com característica descritiva. Sampieri, Collado e Lucio (2013) destacam que os estudos descritivos medem de maneira independente os conceitos ou variáveis a que se referem. Nesse sentido, o universo da pesquisa foram 25 empresas listadas na carteira do ISE nos anos 2016, 2017 e 2018.

Neste cenário, o ISE foi criado em 2005, sendo ele o quarto indicador de sustentabilidade no mundo e o primeiro da América Latina. De acordo com a Bovespa (2012), o ISE tem por objetivo incidir o retorno de uma carteira composta por ações de entidades em operação no Brasil que promovam boas práticas e que também tenham comprometimento reconhecido com as responsabilidades sociais e empresariais, de forma que as empresas estariam mais dispostas para encarar ameaças: sociais, ambientais ou econômicas. Marcondes

e Bacarji (2010) ainda complementa afirmando que a ISE seleciona as entidades com as melhores práticas em sustentabilidade, visando se tornar um meio de desenvolver o sustentável.

Assim, para esta pesquisa foi realizado um levantamento de dados secundários, coletado do questionário que é revisado anualmente e agrupado em sete dimensões: Econômico-Financeira, Governança Corporativa, Natureza do Produto, Mudanças Climáticas, Geral, Responsabilidade Social e Ambiental. A fim de atender os objetivos dessa pesquisa, selecionou-se apenas as questões relacionadas ao TBL, conforme Tabela 1. Além das respostas ao questionário, o processo de coleta contou também com uma análise dos documentos apresentados pelas empresas para fundamentar as informações fornecidas e com uma deliberação final conduzida pelo Conselho Deliberativo do ISE, o CISE. A gestão técnica deste processo é conduzida pela B3, com a asseguuração da *KPMG International Cooperative*. Por conseguinte, a técnica de análise de dados utilizada foi a estatística descritiva, por meio de frequência absoluta e frequência relativa (percentual) (HAIR Jr. et al., 2013).

Tabela 1 - Quantidade de questões dos questionários do ISE em 2016, 2017 e 2018

ANOS	Dimensão		
	AMBIENTAL	SOCIAL	ECONÔMICO/ FINANCEIRA
Quantidade de questões em 2016	41	45	18
Quantidade de questões em 2017	42	45	18
Quantidade de questões em 2018	44	38	18

Fonte: Dados da pesquisa.

Todas as respostas foram tabuladas em uma planilha de Excel, na qual foi utilizada escala dicotômica, com as células indicadas com o “1” significam as respostas das empresas e as células indicadas com o “0” significam alternativas que as empresas não responderam. Portanto, nas questões que elencam uma série de opções de práticas sustentáveis, por exemplo, quanto maior o número de células com o “1” melhor é o desempenho da empresa para aquela pergunta específica. Esse mesmo método foi seguido para todas as perguntas de todas as dimensões; a partir desta seleção e organização das questões, foi possível a realização de um somatório destas respostas transformando-as num escore total para cada empresa selecionada. É preciso destacar que, quanto maior a pontuação, maior o desempenho na dimensão (ambiental, econômico-financeira e social). Posteriormente os dados foram exportados para serem analisados por uma estatística inferencial por meio do *software SPSS Statistics (v.24)*.

Quanto a outra variável estudada, que são os valores dos ativos intangíveis dessas mesmas empresas, foram coletados das demonstrações contábeis das empresas, as quais, estão disponíveis no próprio site da B3.

Logo, foi possível estabelecer três hipóteses de pesquisa a serem testadas:

(H1) As empresas com maior pontuação na dimensão econômico/financeira, tiveram maior Ativo Intangível;

(H2) As empresas com maior pontuação na dimensão ambiental, tiveram maior Ativo Intangível;

(H3) As empresas com maior pontuação na dimensão social, tiveram maior Ativo Intangível.

Neste cenário, realizou-se o teste de hipótese de Shapiro-Wilk para o conjunto de dados de cada variável, para avaliação da normalidade amostral. O teste para os pressupostos da homocedasticidade (igualdade de variâncias – Teste de Levene); o índice estatístico do Lambda 2 de Guttman, a correlação de Spearman, já que à amostra é menor de 100 eventos, e a análise de Teste t para amostra pareadas e o Teste t para amostra independentes.

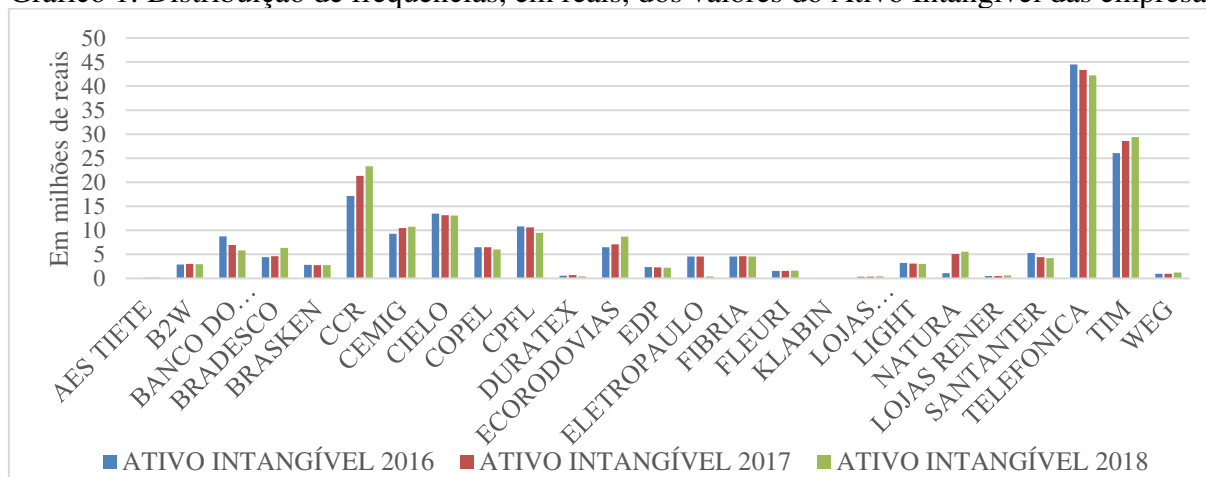
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No que diz respeito a multicolinearidade entre as variáveis, observou-se a existência de correlações (rho [ρ] de Spearman) entre elas $\leq 0,90$, variando de 0,39 a 0,86, em todos os três anos da seleção da coleta. Tais resultados revelam a não existência de variáveis com um alto grau de correlação, permitindo afirmar que é possível gerar modelos com baixo erro de medida (NASCIMENTO et al., 2015). No que se refere a verificação dos *outliers* multivariados na amostra, esta, foi avaliada a partir do teste de normalidade de Shapiro-Wilk (S-W), o qual, destina-se para análise de amostras inferiores a 100 sujeitos. Com isso, observou-se que a amostra coletada para esta pesquisa, apresentou uma normalidade o seguinte resultado: n2016, S-W = 0,90, p < 0,01; n2017, S-W = 0,92, p < 0,05 e n2018, S-W = 0,91, p < 0,05.

Em relação ao segmento das empresas estudadas, das 25 empresas analisadas, 3 empresas são instituições financeiras, 9 empresas são do comércio e serviço, 7 empresas são do setor de energia renováveis e não renováveis (Sem impacto significativo para o meio ambiente) e 6 empresas são do setor de energia renováveis e não renováveis (Com impacto significativo para o meio ambiente).

O gráfico 1 mostra o valor do ativo intangível das empresas analisadas neste estudo. Observa-se que a Telefônica e a TIM, empresas do comércio e serviço, apresentam os melhores valores de Ativo Intangível nos últimos 3 anos. Por outro lado, a Lojas Renner, também do comércio e serviço, apresenta um dos menores valores de Ativo Intangível entre as empresas estudadas. Entende-se que, o valor do ativo intangível independe do segmento e justifica-se pela estratégia de desenvolvimento da empresa (Kolk e Mulder 2011). Isso se justifica tanto pelos dados apresentados, pois temos empresas do mesmo segmento com valores de ativos intangíveis em desequilíbrio. Isso pode ser corroborado com a pesquisa de Pires et al (2020) ao assegurar que o bom desempenho da empresa estudada se deu, também, pelos investimentos em recursos intangíveis.

Gráfico 1: Distribuição de frequências, em reais, dos valores do Ativo Intangível das empresas



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Quanto a pontuação das dimensões da sustentabilidade (Tabela 2) nos três anos (2016, 2017 e 2018), demonstrou que as empresas que apresentaram uma maior pontuação não foram as que apresentaram maior ativo intangível e sim as instituições financeiras. As que tiveram menor pontuação não necessariamente foram as que apresentaram menor ativo intangível. Estes achados não corroboram com as pesquisas de empresas multinacionais que mostraram que a sustentabilidade ambiental é um fator importante para obter um desempenho mais elevado e ganhos com a imagem das empresas (GOLINI; LONGONI; CAGLIANO, 2014; GONZÁLEZ-BENITO; GONZÁLEZ-BENITO, 2006; VAN BOMMEL, 2011; TUKKER, 2004).

Tabela 2 - Pontuação das empresas nas dimensões da sustentabilidade nos anos

NOME	2016			2017			2018			Total de pontos
	AMB	SOC	FIN	AMB	SOC	FIN	AMB	SOC	FIN	
AES TIETE	88	233	39	85	239	45	106	249	53	1137
B2W	72	241	42	71	238	41	95	219	46	1065
BANCO DO BRASIL	218	245	43	217	233	45	210	280	50	1541
BRADESCO	180	234	43	192	248	47	178	271	53	1446
BRASKEN	93	165	43	97	165	42	109	235	48	997
CCR	82	235	37	89	242	41	100	237	49	1112
CEMIG	82	223	35	85	231	41	103	265	45	1110
CIELO	67	205	41	67	211	40	90	237	45	1003
COPEL	84	244	48	89	244	42	108	273	49	1181
CPFL	77	260	47	79	244	44	111	281	59	1202
DURATEX	102	231	44	105	234	47	107	223	47	1140
ECORODOVIAS	84	223	41	84	230	43	94	235	48	1082
EDP	73	224	48	79	238	50	98	259	57	1126
ELETROPAULO	79	251	40	81	252	45	108	269	53	1178
FIBRIA	92	200	48	98	220	47	98	220	47	1070
FLEURI	73	229	39	74	239	45	94	218	46	1057
KLABIN	83	234	46	84	235	45	104	248	46	1125
LOJAS AMERICANAS	72	242	42	75	238	41	99	212	46	1067
LIGHT	78	199	41	80	205	39	106	233	47	1028
NATURA	101	199	42	104	220	41	109	250	55	1121
LOJAS RENER	68	231	47	69	234	46	92	243	51	1081
SANTANTER	184	222	47	185	225	45	179	252	53	1392
TELEFONICA	78	199	46	78	212	48	103	261	56	1081
TIM	81	219	46	82	231	49	102	246	57	1113
WEG	85	199	47	87	204	46	101	223	53	1045

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 3, foi possível observar que, com exceção da relação entre a dimensão social de 2018 e 2017, todas as demais não somente foram significativas, mas também, apresentaram escores correlacionais situados no nível da moderação para alta, denotando boas correlações.

Tabela 3 - Correlação de Spearman dos ativos intangíveis em três anos

Variáveis	Ativos intangíveis 2016	Ativos intangíveis 2017	Ativos intangíveis 2018
Ativos intangíveis 2016	---		
Ativos intangíveis 2017	0,44*	---	
Ativos intangíveis 2018	0,49*	0,86*	---
Responsabilidades			
Variáveis	Ambiental 2016	Ambiental 2017	Ambiental 2018
Ambiental 2016	---		
Ambiental 2017	0,87*	---	
Ambiental 2018	0,88*	0,88*	---
Variáveis	Social 2016	Social 2017	Social 2018
Social 2016	---		
Social 2017	0,92*	---	
Social 2018	0,66*	0,31	---
Variáveis	Econômico-financeiro 2016	Econômico-financeiro 2017	Econômico-financeiro 2018
Econômico-financeiro 2016	---		
Econômico-financeiro 2017	0,56*	---	

Econômico-financeiro 2018	0,47*	0,55*	---
---------------------------	-------	-------	-----

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: * p-valor > 0,01

Com isso, pode-se destacar que eles corresponderam a um *continuum* relacional destas variáveis, as quais, avaliaram em sentido e significado os conceitos teoricamente estabelecidos de forma similar apresentado na introdução deste artigo. Respondido aos objetivos adicionais, procurou-se avaliar a relação entre as dimensões da responsabilidade social e o ativo intangível das empresas avaliadas, para isso, considerou-se, hierarquicamente, um período tri-anual.

Na Tabela 4, pode-se observar que das variáveis ativos intangíveis, nos três anos, apenas em 2016, a dimensão econômico-financeiro correlacionou-se negativa e significativamente (ρ - 0,40, p-valor < 0,05); as demais não foram significativas e estiveram abaixo do escore correlacional de 0,30. Porém, chama-se atenção para a relação entre essas variáveis nos anos 2017 e 2018, as quais, mesmo sendo > 0,30, não foram significativas, permitindo apenas uma reflexão quanto a influência entre elas, mas, devendo agir com parcimônia quando se pretender explicar esta correlação.

Tabela 4 - Correlação (ρ) de Spearman entre as variáveis

VI VD	Ativos intangíveis 2016	Ativos intangíveis 2017	Ativos intangíveis 2018
Dimensão Ambiental 2016	-0,19	---	---
Dimensão Social 2016	0,26	---	---
Dimensão econômico-financeiro 2016	-0,40*	---	---
Dimensão Ambiental 2017	---	-0,10	---
Dimensão Social 2017	---	0,12	---
Dimensão econômico-financeiro 2017	---	-0,33 [#]	---
Dimensão Ambiental 2018	---	---	-0,08
Dimensão Social 2018	---	---	0,06
Dimensão econômico-financeiro 2018	---	---	-0,34 [#]

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: * p-valor < 0,05; VI = Variável independente; VD = Variável Dependente

Para não deixar dúvidas a respeito desses resultados, efetuou-se uma correlação parcial e de ordem zero, as quais, sugerem a exclusão do controle de qualquer variável, a fim de verificar se os resultados encontrados na tabela acima, persistem em seus achados ou tende a zero, quando se é eliminada as interferências de possíveis variáveis naturais (FIELD, 2009).

Para o período de 2016, observou-se que o resultado se manteve, isto é, a variável ativo intangível relacionou-se, negativa e significativamente, com a dimensão econômico-financeiro (ρ = - 0,61, p < 0,01), ou seja, existe relação, porém esta por sua vez é inversa.

Esta análise também foi realizada, para os anos de 2017 e 2018. Para o primeiro ano, os resultados seguiram semelhante direção correlacional observadas na Tabela 4. Assim, o sentido, direção e força correlacional, seja sem interferência das variáveis (a partir do cálculo de correlação parcial), seja controlando (cálculo de correlação de ordem zero), não revelou significância entre estas relações.

A partir destes achados, realizou uma análise de Teste t para amostra pareadas. Nesta análise, tratou-se de avaliar, ao comparar de forma pareada estas variáveis no decorrer dos anos, se estes resultados se devem aos eventos internos entre os escores destas variáveis, já que as

correlações não foram significativas. Na Tabela 5, foi possível observar a existência do crescimento do ativo intangível para as empresas no decorrer dos três anos; porém, é preciso destacar que 2017 os escores foram maiores do que 2016 e 2018. Apesar desta evolução, tais resultados não foram significativos (isto é, p-valor > 0,05).

Tabela 5 - Escores médios do pareamento do ativo intangível no decorrer de três anos.

Pares de variáveis		Média (valores em reais)	d.p.	Estatística	
				t	p-valor
Par 1	Ativo intangível 2016	6.909.883,84	9.832.533,56	-0,53	0,60
	Ativo intangível 2017	7.529.274,96	10.026.970,22		
Par 2	Ativo intangível 2016	6.909.883,84	9.832.533,56	-0,40	0,69
	Ativo intangível 2018	7.413.687,60	10.167.400,21		
Par 3	Ativo intangível 2017	7.529.274,96	10.026.970,22	0,49	0,63
	Ativo intangível 2018	7.413.687,60	10.167.400,21		

Fonte: Dados da pesquisa.

A fim de compreender os motivos das diferenças, não significativas entre as variáveis hipotetizadas, optou-se por avaliar o quanto estas variáveis se diferenciam em função do tipo de empresa. Para isso, foram identificadas nos sites das empresas e recategorizadas como uma nova variável no banco de dados, aquelas que eram, juridicamente, do tipo privada ou mista; a partir destas condições, realizou-se um teste t comparando as empresas em relação ao ativo intangível, para as quais, observaram-se os seguintes resultados, apresentados na Tabela 6.

Considerando esses achados, em função do tipo de empresa, destaca-se que a empresa mista apresentou, em todos os anos, maiores escores (valores em reais) do que a empresa privada, tendo esses resultados sido significativos.

Tabela 6 - Diferenças entre as médias do ativo intangíveis em três anos em relação ao tipo de empresa

Ativo Intangível	Tipo empresa	Média	d.p.	Estatística	
				t	p-valor
2016	Mista	19.887.716,33	21.334.363,59	2,75	0,01
	Privada	5.140.179,40	6.308.746,22		
2017	Mista	25.049.951,33	16.741.056,70	4,19	0,01
	Privada	5.140.091,81	6.194.984,88		
2018	Mista	25.424.558,33	15.856.777,59	4,30	0,01
	Privada	4.957.659,77	6.444.894,12		

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 7, são expostos os resultados do teste t, comparando a dimensão de sustentabilidade para empresa Mista e Privada. Observou-se que, para o período de 2016 e 2017, os resultados não foram significativos, mas, é preciso chamar atenção para os resultados, da dimensão social e ambiental, a qual, apresentou maior média para esses anos na empresa Mista. Para 2018, na dimensão ambiental e social, a empresa mista apresentou escores superiores aos da empresa privada; mas, na dimensão econômico-financeiro, esta diferença não foi significativa, apesar de observar que na empresa privada ele foi superior ao da Mista.

Tabela 7 - Diferenças entre as medias das dimensões da responsabilidade em três anos em relação ao tipo de empresa.

Dimensões da responsabilidade	Tipo empresa	Média	d.p.	Estatística	
				t	p-valor
Ambiental 2016	Mista	128,00	77,94	1,62	0,12
	Privada	90,54	31,07		
Social 2016	Mista	237,33	12,42	1,21	0,23
	Privada	221,59	21,80		

Econômico-financeiro 2016	Mista	42,00	6,55	-0,64	0,53
	Privada	43,45	3,30		
Ambiental 2017	Mista	130,33	75,08	1,59	0,13
	Privada	92,95	32,60		
Social 2017	Mista	236,00	7,00	0,75	0,46
	Privada	227,45	19,33		
Econômico-financeiro 2017	Mista	42,66	2,08	-0,95	0,35
	Privada	44,40	3,04		
Ambiental 2018	Mista	140,33	60,38	2,81	0,05
	Privada	108,31	23,47		
Social 2018	Mista	272,66	7,50	2,76	0,05
	Privada	241,86	18,83		
Econômico-financeiro 2018	Mista	48,00	2,64	-1,03	0,31
	Privada	50,68	4,36		

Fonte: Dados da pesquisa.

Apesar dos resultados apresentados na Tabela 6 e 7, compararem as empresas mistas e privadas, é preciso destacar que a distribuição desta categoria não foi equitativa, pois, a quantidade de empresas privadas era maior do que as mistas. Desta maneira, foi realizado uma nova categoria, a qual, associou-se à empresa por atividade principal de cada uma delas.

Considerando esta formação das variáveis, na Tabela 8, pode-se observar que, apesar desses resultados não terem sido significativos, em relação ao ativo intangível nos três anos, chama-se atenção para as empresas com atividade *Holdings*, foram aquelas apresentaram escores mais altos no decorrer dos três anos. Comparando o resultado total dos três anos, o ano de 2017 foi o que apresentou maior ativo intangível do que em 2016 e 2018.

Tabela 8 - Diferenças entre as medias das dimensões da responsabilidade em três anos em relação à atividade da empresa

Ativo intangível	Atividade Principal da Empresa	N	Média	d.p.	Estatística		
					F	gl	p-valor
2016	Banco	3	5.882.653,66	2.453.629,88	0,55	5	0,74
	Energia Elétrica	2	2.445.915,50	2.928.820,02			
	Holdings	9	10.314.712,77	13.865.444,91			
	Comercio	2	6.992.408,00	5.350.258,40			
	Fábricas	4	1.005.258,75	968.008,23			
	Comércios e Serviços	5	7.873.807,60	10.473.258,66			
	Total	25	6.909.883,84	9.832.533,56			
2017	Banco	3	5.917.353,66	4.047.344,72	0,41	5	0,84
	Energia Elétrica	2	3.420.200,00	4.288.777,99			
	Holdings	9	9.023.025,44	14.483.683,48			
	Comercio	2	6.839.954,50	5.303.116,30			
	Fábricas	4	2.741.237,00	1.822.982,30			
	Comércios e Serviços	5	11.557.465,40	10.125.085,07			
	Total	25	7.529.274,96	10.026.970,22			
2018	Banco	3	4.633.484,00	5.390.093,12	0,49	5	0,76
	Energia Elétrica	2	3.225.727,00	3.964.563,87			
	Holdings	9	8.851.859,00	14.494.541,52			
	Comercio	2	6.233.489,00	4.567.123,50			
	Fábricas	4	2.797.674,50	2.126.926,68			
	Comércios e Serviços	5	12.333.175,40	10.076.361,33			
	Total	25	7.413.687,60	10.167.400,21			

Fonte: Dados da pesquisa.

Assim, pode-se afirmar que, apesar de o Ativo Intangível das empresas apresentarem relações positivas e altas diretamente entre eles durante os anos; não tem o poder direto na relação entre as dimensões social, ambiental e econômico-financeiro das empresas. Dessa forma, este estudo não corrobora com as pesquisas de autores como Boulton et al. (2001), Edvinsson e Malone (1998), Flamholtz (1985), Kaplan e Norton (1997), Lev (2001), Nonaka e Takeuchi (1997), Stewart (1999) e Sveiby (1997), que afirmam que a geração de riqueza nas organizações está altamente relacionada aos ativos intangíveis.

As empresas devem se preocupar com outros aspectos, é preciso saber quais outros mecanismos podem ser desenvolvidos para contribuir/interferir melhor ou influenciar para o processo da sociedade de uma forma geral, como o princípio organizacional, para questão da sustentabilidade, pois a relação entre Ativo Intangível e dimensões da sustentabilidade, de acordo com esta pesquisa, não tem influência.

Conforme Stepánková (2012), a gestão ambiental afeta de forma positiva a imagem das organizações, e isto está diretamente ligado ao ativo intangível, acordante com o que menciona o CPC 04, porém de acordo com essa pesquisa, não se deve usar os valores do ativo como parâmetro para investir em uma empresa com práticas sustentáveis, pois não se tem resultado significativo nessa relação. As questões das práticas ambientais parecem estar em um campo estético na qual as empresas praticam apenas para se rotularem e se encaixar dentro do que preconiza a teoria e do que a sociedade espera, pois tais práticas, por si só, não representam condição exclusiva e, especificamente, única para um investimento.

Ao levar em consideração que pesquisas desenvolvidas por Golini, Longoni e Cagliano (2014), González-Benito e González-Benito (2006), Severo et al. (2015), Tucker (2004) e Van Bommel, (2011) afirmam que a sustentabilidade ambiental é um fator importante para obter um desempenho mais elevado, considerando o potencial de redução de custos e os ganhos com a imagem da empresa, e a insignificância estatística dessas relações não confrontam tais afirmações. O que se pode afirmar é que não existe relação direta entre os ativos intangíveis e as ações de práticas sustentáveis dentro das organizações, ou seja, nem toda empresa que possui um valor alto de ativo intangível necessariamente também tem práticas sustentáveis e vice-versa.

A despeito da dimensão social observou-se a inexistência de relação entre os valores do ativo intangível das empresas. Esse achado permite dizer que por mais que uma empresa seja muito engajada com ações sociais, não necessariamente seu ativo intangível será um valor alto. Da mesma forma, não se pode afirmar, também, que empresas que possuam um valor significativo de ativo intangível seja obrigatoriamente empresas envolvidas com ações sociais. Como também, esse resultado pode sugerir que os investidores não devem se ater apenas no valor da imagem de uma instituição pelo seu ativo intangível como foi ressaltado pelo Comitê de pronunciamento Contábeis – CPC04. Entretanto, torna-se importante destacar que esse resultado não revela desequilíbrio com os estudos de Delmas e Toffel (2008) no qual asseguram que os projetos sociais ganham visibilidade e importância, agregando sempre valor a imagem e a reputação das empresas as quais desenvolvem tais projetos, o que, por sua vez, agrega valor ao ativo intangível das empresas.

Considerando que uma empresa sustentável deve gerar lucros, proteger o meio ambiente e melhorar a vida daqueles que interagem com ele (MATTIODA *et al.*, 2013) e que a TBL condiciona a necessidade de desenvolvimento sustentável nos mercados competitivos, o equilíbrio das demandas econômicas, sociais e ambientais (SILVEIRA; KIKUCHI; POLICENO, 2013), os resultados encontrados não revelam associação entre o bom desempenho nas dimensões da sustentabilidade e o ativo intangível das empresas.

Isso, portanto, não retira a importância do ativo intangível para as empresas. A literatura apresenta a importância desse ativo para as organizações (; LÓPEZ-GAMERO; CLAVER-

CORTÉ; MOLINA-AZORÍN, 2008; WALLS; PHAN; BERRONE, 2008), e esta pesquisa apenas afirma não haver relação dele com as dimensões da sustentabilidade (econômico-financeira, ambiental e social). Dessa forma, a pesquisa contribuiu para um melhor entendimento da relação entre as dimensões da sustentabilidade com o ativo intangível das empresas listadas no ISE, proporcionando para os interessados, principalmente investidores, informações úteis para tomadas de decisões.

Neste contexto, cabe destacar o seguinte questionamento: será que o ISE consegue realmente relevar o retorno de uma carteira composta por ações de entidades em operação no Brasil que promovam boas práticas e que também tenham comprometimento reconhecido com as responsabilidades sociais e empresariais? Será que o ISE consegue apoiar os investidores na tomada de decisão de investimentos socialmente responsáveis e induzir as empresas a adotarem as melhores práticas de sustentabilidade empresarial?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo identificar a relação da dimensão econômica/financeira, ambiental e social com o ativo intangível das empresas listadas na carteira do ISE nos anos de 2016, 2017 e 2018. Para responder esse objetivo, três hipóteses de pesquisa foram levantadas. A primeira hipótese da pesquisa objetivou identificar se as empresas com melhor desempenho da dimensão econômico/financeira possuem maior valor de ativo intangível. Na relação do score da dimensão econômico/financeira e do valor do ativo intangível, usadas neste estudo, observou-se que não houve significância estatística, sugerindo que as empresas que possuem bom desempenho financeiro não necessariamente têm uma boa imagem perante a sociedade (aumento do ativo intangível).

Na segunda hipótese procurou-se evidenciar se as empresas com melhor desempenho da dimensão ambiental possuem maior valor de ativo intangível. Verificou-se não significância estatística nessa relação. Este achado é em desacordo com as expectativas da pesquisa, pois conforme as afirmativas apresentadas no referencial teórico, pesquisa como de Stepánková (2012), afirmam que a gestão ambiental afeta de forma positiva a imagem das organizações.

A terceira hipótese buscou relacionar se as empresas com melhor desempenho da dimensão social possuem maior valor de ativo intangível, verificou-se que não existe significância estatística nessa relação. Coerentemente, não se pode afirmar que as empresas com bom desempenho social possuem um aumento no seu ativo intangível.

Nesse momento, é preciso ressaltar um ponto crítico social, em que mesmo no âmbito organizacional, as aparências contribuem para a imagem empresarial. No caso das empresas, a sustentabilidade financeira vem em primeiro plano, buscam o lucro a qual circunstância. Portanto, mesmo não havendo uma relação direta entre as variáveis estudadas nesta pesquisa, presume-se, que muitas empresas utilizam as práticas ambientais e ações sociais a fim de apresentar uma imagem sustentável, o que é esperado pela sociedade e pelos *stakeholders*.

No que se refere a contribuição acadêmica, a pesquisa mostrou a necessidade de uma melhor compreensão das relações da sustentabilidade com os ativos intangíveis das empresas, estimulando estudos futuros sobre as temáticas pesquisadas, assim como estudos empíricos, qualitativos e quantitativos. Para as organizações, esta pesquisa destaca a importância das demonstrações das empresas, com melhores desempenho nas dimensões da sustentabilidade, assim como o seu posicionamento quanto aos ativos intangíveis. Essa pesquisa apresentou limitações no que tange a sua estrutura metodológica em coletar informações apenas das empresas listadas na carteira do ISE, entretanto, constitui-se em oportunidades de investigações futuras e de maior envergadura na análise da relação entre os temas.

REFERÊNCIAS

- ANG, S.H.; WIGHT, A.M. Building intangible resources: the stickiness of reputation. **Corporate Reputation Review**, 12(1): 21-32. 2009
- ANTON, W. R. Q.; DELTAS, G.; KHANNA, M. Incentives for environmental self-regulation and implications for environmental performance. **Journal of Environmental Economics and Management**, 48(1), 632-654. 2004
- BANSAL, Pratima. Evolving Sustainably: a longitudinal study of corporate sustainable development. **Strategic Management Journal**, Vol. 26, pp. 197–218, 2005.
- BARBOSA, P. R. A. **Índice de sustentabilidade empresarial da bolsa de valores de São Paulo (ISE-BOVESPA):** exame da adequação como referência para aperfeiçoamento da gestão sustentável das empresas e para a formação de carteiras de investimento orientadas por princípios de sustentabilidade corporativa. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade federal do Rio de Janeiro, Instituto COPPEAD de Administração, 2007.
- BARNEY, J. Firm resources and sustained competitive advantage. **Journal of management**, 17(1), 99-120. 1991.
- BM&FBOVESPA. **Índice de Sustentabilidade Empresarial.** O Valor do ISE. São Paulo, 2012. Disponível em: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm. Acesso em 10 de maio de 2019.
- BOULOUTA, I.; PITELIS, C. N. Who needs CSR? The impact of corporate social responsibility on national competitiveness. **Journal of Business Ethics**, [S.l], v. 119, n. 3, p. 349-364, 2014.
- BOULTON, Richard S.; LIBERT, Barry D.; SAMEK, Steve M.. **Cracking the value code.** New York: Harper Collings Publishers, 2001.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativos Intangíveis** emitida em 2010. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/187_CPC_04_R1_rev%2013.pdf. Acesso em: 20 out. 2019.
- CROOK, T. R., KETCHEN JR, D. J., COMBS, J. G., & TODD, S. Y. Strategic resources and performance: a meta-analysis. **Strategic management journal**, 29(11), 1141-1154. 2008.
- DAVIS-SRAMEK, B.; ROBINSON, J. L.; DARBY, J. L.; THOMAS, R. W. Exploring the differential roles of environmental and social sustainability in carrier selection decisions. **International Journal of Production Economics**, v. 227, p. 107660, 2020.
- DEL BRÍO, J. Á.; FERNÁNDEZ, E.; JUNQUERA, B. The role of the public administrations in the promotion of the environmental activity in Spanish industrial companies. **Ecological Economics**, 40(2), 279-294. 2002.
- DELMAS, M. A. AND TOFFEL, M. W. Organizational responses to environmental demands: Opening the black box. **Strategic Management Journal**, 29(10): 1027-1055. 2008.
- DUMITRESCU, A. S. Intangible assets: Are these resources sufficiently visible and properly controlled. **Accounting and Management information systems**, 11(4), 545-563. 2012.
- DYLLICK, T.; HOCKERTS, K. Beyond the business case for corporate sustainability. **Business Strategy and the Environment**. 11, 130 – 141. 2002.
- EDVINSSON, L.; MALONE, M. S. **Capital intelectual: descobrindo o valor real de sua empresa pela identificação de seus valores internos.** São Paulo: Makron Books, 1998.
- ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca.** São Paulo: Makron Books, 2012.
- ELKINGTON, J. Partnerships from cannibals with forks: The triple bottom line of 21st-century business. **Environmental Quality Management**, 8(1), 37-51. 1998.
- FIELD, A. **Descobrimos a estatística usando o SPSS.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FLAMHOLTZ, Eric. **Human resources accounting.** Londres: Jossey-Bass Publishers, 1985.

FRANK D. H.; OBLOJ, T. Firm-specific human capital, organizational incentives and agency costs: evidence from retail banking. **Strategic Management Journal**, 35(9): 1279-1301. 2014.

GIMENEZ, C., SIERRA, V., RODON., J. Sustainable operations: their impact on the triple bottom line. **International Journal of Production Economics**, v. 140, n.1, p.149-159, 2012.

GOH, C. S.; CHONG, H. Y.; JACK, L.; FARIS, A. F. M. Revisiting Triple Bottom Line Within the Context of Sustainable Construction: A Systematic Review. **Journal of Cleaner Production**, v. 252, p. 119884, 2020.

GONZÁLEZ-BENITO, J.; GONZÁLEZ-BENITO, O. A review of the determinant factors of environmental proactivity. **Business Strategy and the Environment**, v. 15, n. 2, p. 87-102, 2006.

HAIR Jr., J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E. **Multivariate data analysis**. Pearson new international edition. Pearson Higher Ed, 2013.

JANJUA, S. Y.; SARKER, P. K.; BISWAS, W. K. Development of triple bottom line indicators for life cycle sustainability assessment of residential buildings. **Journal of Environmental Management**, v. 264, p. 110476, 2020.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. **A Estratégia em Ação**. 11º ed. Campus. 1997.

KAYO, E. K. **A estrutura de capital e o risco das empresas tangível e intangível-intensivas: uma contribuição ao estudo da valoração de empresas**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2002.

KOLK, A.; MAUSER, A. The evolution of environmental management: from stage models to performance evaluation. **Business Strategy and the Environment**, 11(1), 14-31. 2002.

KOLK, A.; MULDER, G. Regulatory Uncertainty and Opportunity Seeking: The Climate Change Clean Development Case. **California Management Review**, Vol. 54, No. 1, 2011.

KRAUSE, R.; SEMADENI, M.; WITHERS M. C. (2016). That special someone: when the board views its chair as a resource. **Strategic Management Journal** 37(9): 1990-2002. 2016.

LEV, B. **Intangibles: management and reporting**. Washington: Brookings, 2001.

LIU, L.; LI, Q.; XU, Y.; ZHANG, Y. Firm Celebrity, Reputation and Performance: A Social Media Perspective. **Pacific Asia Conference on Information System (PACIS) Proceedings, Paper**, 205. 2014.

LONGONI A.; GOLINI R.; CAGLIANO R. The role of new forms of work organizations in developing sustainability strategies in operations. **Int J Prod Econ** 146:147-160. 2014.

LÓPEZ-GAMERO, M. D.; CLAVER-CORTÉS, E.; MOLINA-AZORÍN, J. F. Complementary Resources and Capabilities for an Ethical and Environmental Management: a qual/quant study. **Journal of Business Ethics**, Vol. 82, p. 701-732, 2008.

MARCONDES, A. W.; BACARJI, C. D. **ISE - Sustentabilidade no Mercado de Capitais**. São Paulo: Report, p. 93. 2010.

MATTIODA, R. A.; FERNANDES, P. T.; DETRO, S. P.; CASELA, J. L.; JUNIOR, O. C. Principle of triple bottom line in the integrated development of sustainable products. **Chemical Engineering**, 35. 2013.

NASCIMENTO, D. C.; TIBANA, R. A.; MELO, G. F.; PRESTES, J. Testes de normalidade em análises estatísticas: uma orientação para praticantes em ciências da saúde e atividade física. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v. 14 n. 2, p. 73-77. 2015.

NASCIMENTO, E. P. **Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico**, 26, 51-64. 2012.

NONAKA, I; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

OMORI, A. E.; AKPAMA, S. I.; AJAKE, U. E. Investing in the education of women: A determinant for effective environmental management. **International Journal of Diversity in Organisations, Communities and Nations**, 11(4), 1-10. 2012.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. **Revista de Contabilidade e Finanças**. São Paulo, n. 40, p. 7-24, jan/abr. 2006.

PIRES, V. M.; FEDATO, G. A. L.; TREZ, G. Investimento em Recursos Intangíveis de Relacionamento e o Desempenho no Setor do Agronegócio: Análise do Caso JBS-Friboi. **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, 17, 039-069. 2020.

QURESHI, M. A.; KIRKERUD, S.; THERESA, K.; AHSAN, T. The impact of sustainability (environmental, social, and governance) disclosure and board diversity on firm value: The moderating role of industry sensitivity. **Business Strategy and the Environment**, v. 29, n. 3, p. 1199-1214, 2020.

PREUSS, L. Rhetoric and reality of corporate greening: a view from the supply chain management function. **Business Strategy and the Environment**, 14(2), 123-139. 2005.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. Metodologia de pesquisa. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SEO, H. S.; KIM, Y. J. Intangible assets investment and firms' performance: evidence from small and medium-sized enterprises in Korea. **Journal of Business Economics and Management**, v. 21, n. 2, p. 421-445, 2020.

SEVERO, E. A.; GUIMARAES, J. C. F.; DORION, E. C. H.; NODARI, C. H. Cleaner production, environmental sustainability and organizational performance: An empirical study in the Brazilian metal-mechanic industry. **Journal of Cleaner Production**, 96, 118-125. 2015.

SILVEIRA, M. A.; KIKUCHI, L. S.; POLICENO, C. A. Inovação e Aprendizagem organizacional para a Sustentabilidade: desenvolvimento de competências na indústria de equipamentos eletromédicos. **Revista Gestão & Conexões**, 2(1), 76-93. 2013

ŠTĚPÁNKOVÁ, E. Decision making about the use of environmental management tools for organization image building. **Croatian Journal of Education**, 14, 175-180. 2012.

STEWART, T. **Intellectual capital: the new wealth of organizations**. NY: Doubleday, 1999.

SVEIBY, K. E. **The new organizational wealth: managing and measuring knowledge-based assets**. Berrett-Koehler, San Francisco, CA, 1997.

TUKKER, A. Eight types of product-service system: eight ways to sustainability? Experiences from SusProNet. **Business Strategy and the Environment**, v. 13, n. 4, p. 246-260, 2004.

VAN BOMMEL, W. Incandescent replacement lamps and health. Van Bommel Lighting Consultant, p. 8. 2011.

VOMBERG, A.; HOMBURG, C.; BORNEMANN, T. Talented people and strong brands: the contribution of human capital and brand equity to firm value. **Strategic Management Journal**, 36(13): 2122-2131. 2015.

WALLS, J. L.; PHAN, P. H.; BERRONE, P. An assessment of the construct validity of environmental strategy measures. IESE Research Papers D/754, **IESE Business School**, 2008.